

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	59
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	31/05/2015	Ordinária		2,44188
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	31/05/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	1,17725
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	31/05/2015	Preferencial	Preferencial Classe B	2,44188
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		2,41249
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	30/09/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	2,41249
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2015	Dividendo	30/09/2015	Preferencial	Preferencial Classe B	2,41249

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	13.898.930	14.687.886
1.01	Ativo Circulante	2.156.534	2.948.585
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.424	5.796
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.698.663	2.422.056
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.698.663	2.422.056
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.698.663	2.422.056
1.01.03	Contas a Receber	318.411	385.175
1.01.03.01	Clientes	318.411	385.175
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	357.017	423.061
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-38.606	-37.886
1.01.04	Estoques	31.148	34.788
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.608	6.194
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	100.280	94.576
1.01.08.03	Outros	100.280	94.576
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	4.570	4.473
1.01.08.03.04	Outros	95.710	90.103
1.02	Ativo Não Circulante	11.742.396	11.739.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.319.881	3.235.140
1.02.01.03	Contas a Receber	4.190	4.730
1.02.01.03.01	Clientes	4.190	4.730
1.02.01.06	Tributos Diferidos	768.290	734.686
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	768.290	734.686
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.745	4.807
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.543.656	2.490.917
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	826.294	773.555
1.02.01.09.04	Ativo Disponível para Reversão	3.529.080	3.529.080
1.02.01.09.05	Provisão Ativo Contingente - UHE Três Irmãos	-1.811.718	-1.811.718
1.02.03	Imobilizado	8.422.515	8.504.161
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.422.515	8.504.161

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	13.898.930	14.687.886
2.01	Passivo Circulante	1.276.833	2.202.432
2.01.02	Fornecedores	9.757	16.853
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.757	16.853
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.882	50.030
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68.882	50.030
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	68.882	50.030
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	178.497	1.149.797
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	178.497	1.149.797
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	18.120	1.022.827
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	160.377	126.970
2.01.05	Outras Obrigações	1.019.697	985.752
2.01.05.02	Outros	1.019.697	985.752
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	405.385	405.385
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Sist. Transmissão	116.537	115.413
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	28.631	30.194
2.01.05.02.08	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	286.527	290.626
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	148.996	144.134
2.01.05.02.10	Energia Comprada - CCEE	33.621	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.902.371	3.856.377
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	703.181	605.267
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	703.181	605.267
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.920	20.208
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	684.261	585.059
2.02.02	Outras Obrigações	3.199.190	3.251.110
2.02.02.02	Outros	3.199.190	3.251.110
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	212.740	268.716
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	103.302	131.891
2.02.02.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	70.969	70.969
2.02.02.02.06	Provisão para Riscos	2.695.506	2.660.866
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	101.192	101.192
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	15.481	17.476
2.03	Patrimônio Líquido	8.719.726	8.629.077
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	1.832.390	1.832.390
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	656.738	656.738
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.175.652	1.175.652
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	149.972	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.015.869	-970.052
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-151.298	-137.792

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	779.636	1.648.581
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-384.754	-389.014
3.02.01	Pessoal	-39.575	-43.169
3.02.02	Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano	-2.299	-2.107
3.02.03	Entidade de Previdência - CPC 33/IAS 19	108	1.255
3.02.04	Material	-3.486	-2.872
3.02.05	Serviços de Terceiros	-19.089	-18.263
3.02.06	Energia Comprada - CCEE	-42.241	0
3.02.07	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviço do Sistema	-95.705	-91.606
3.02.08	Créditos de COFINS/PIS s/ Encargos de Uso da Rede e Energia Comprada	8.627	4.514
3.02.09	Depreciação	-158.136	-159.268
3.02.10	Provisões Operacionais	-27.104	-63.681
3.02.11	Programa de Incentivo a Aposentadoria	0	-6.294
3.02.12	Provisão para Perda Estimada de Crédito	-720	-2.716
3.02.13	Outras Despesas	-5.134	-4.807
3.03	Resultado Bruto	394.882	1.259.567
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.113	43.337
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.113	43.337
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	-18.113	43.337
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	376.769	1.302.904
3.06	Resultado Financeiro	-207.077	-33.028
3.06.01	Receitas Financeiras	48.479	29.124
3.06.02	Despesas Financeiras	-255.556	-62.152
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-82.521	-46.682
3.06.02.03	Variações Monetárias Líquidas	-21.773	-37.007
3.06.02.04	Variações Cambiais Líquidas	-151.262	21.537
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	169.692	1.269.876
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-65.537	-425.045
3.08.01	Corrente	-99.141	-310.216
3.08.02	Diferido	33.604	-114.829
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	104.155	844.831
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	104.155	844.831
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	104.155	844.831
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-13.506	-17.533
4.02.01	Ajuste CPC 33/IAS 19	-13.506	-17.533
4.03	Resultado Abrangente do Período	90.649	827.298

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	401.394	702.240
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	560.861	1.502.244
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CS	169.692	1.269.876
6.01.01.02	Depreciação	158.465	159.596
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	191.923	54.103
6.01.01.04	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	-108	852
6.01.01.05	Provisão para Riscos Legais	40.169	14.704
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado	0	397
6.01.01.07	Provisão para Perda Estimada de Créditos	720	2.716
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.966	-568.797
6.01.02.01	Valores a Receber	66.044	-536.516
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-97	36.745
6.01.02.03	Almoxarifado	3.640	603
6.01.02.04	Despesas pagas Antecipadamente	1.648	2.192
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-50.607	3.088
6.01.02.06	Outros Créditos	-5.065	-18.053
6.01.02.07	Fornecedores	-7.096	-14.014
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-6.801	8.996
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade Previdência Privada	-41.987	-33.166
6.01.02.10	Energia Comprada - CCEE	33.621	0
6.01.02.11	Taxas Regulamentares / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	1.124	-8.067
6.01.02.12	Pagamentos De Riscos Legais	-22.365	-14.982
6.01.02.13	Pagamentos Obrigações Socioambientais	0	-7.560
6.01.02.14	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	-1.563	1.974
6.01.02.15	Outras Obrigações	538	9.963
6.01.03	Outros	-130.501	-231.207
6.01.03.01	Juros Pagos referentes Empréstimos e Financiamentos	-57.011	-51.915
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-73.490	-179.292
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.983	-3.389
6.02.01	Imobilizado	-59.983	-3.389
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.068.176	-103.572
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-1.068.176	-103.572
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-726.765	595.279
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.427.852	839.649
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.701.087	1.434.928

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	656.738	0	67.808	8.629.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	656.738	0	67.808	8.629.077
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.155	-13.506	90.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.155	0	104.155
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-13.506	-13.506
5.05.03.02	Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de março de 2015	0	0	0	0	-13.506	-13.506
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	45.817	-45.817	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	0	0	0	45.817	-45.817	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	656.738	149.972	8.485	8.719.726

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	368.223	0	1.044.632	9.317.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	368.223	0	1.044.632	9.317.386
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	844.831	-17.533	827.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	844.831	0	844.831
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-17.533	-17.533
5.05.03.02	Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de março de 2014	0	0	0	0	-17.533	-17.533
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	44.400	-44.400	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial (Depreciação)	0	0	0	44.400	-44.400	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	368.223	889.231	982.699	10.144.684

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	938.480	1.863.048
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	939.200	1.865.764
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-720	-2.716
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-164.642	-116.738
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.576	-21.135
7.02.04	Outros	-142.066	-95.603
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-95.705	-91.606
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-4.120	-3.997
7.02.04.03	Energia Comprada	-42.241	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	773.838	1.746.310
7.04	Retenções	-158.465	-159.596
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-158.465	-159.596
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	615.373	1.586.714
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-113.959	-82.929
7.06.02	Receitas Financeiras	48.479	29.124
7.06.03	Outros	-162.438	-112.053
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	-151.262	21.537
7.06.03.02	Entidade de Previdência - Deliberação CVM nº 371/2000	108	1.255
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.604	-114.829
7.06.03.04	Provisões Operacionais	-27.104	-12.170
7.06.03.05	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas (Nota 27.2)	-17.784	-7.846
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	501.414	1.503.785
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	501.414	1.503.785
7.08.01	Pessoal	34.254	61.871
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.955	59.764
7.08.01.04	Outros	2.299	2.107
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	183.064	418.847
7.08.02.01	Federais	182.873	418.827
7.08.02.03	Municipais	191	20
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179.941	178.236
7.08.03.01	Juros	82.521	46.682
7.08.03.02	Aluguéis	1.013	810
7.08.03.03	Outras	96.407	130.744
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	21.773	37.007
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	41.090	51.898
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	21.182	21.077
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.738	17.036
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	4.624	3.726
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	104.155	844.831
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	104.155	844.831

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Inicialmente, registramos que com a implantação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico em 2015, a Companhia efetuou algumas alterações na apresentação da demonstração de resultado, reclassificando algumas contas, a saber: i) Taxa de Fiscalização – ANEEL e Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos foram reclassificadas de Despesa Operacional para Dedução à Receita Operacional; e ii) As Provisões para Riscos Legais, com exceção da Provisão sobre Ações de desapropriações – empresas cindidas foram reclassificadas de Outras (Despesas) Receitas Líquidas para Provisões Operacionais.

No que se refere aos resultados do primeiro trimestre de 2015 (comparativamente ao primeiro trimestre de 2014) é importante consignar que a Companhia continuou sendo impactada negativamente pelo GSF (*Generation Scaling Factor*), assim como todos os geradores hidráulicos participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia). Neste trimestre ocorreu uma menor geração e uma maior alocação da garantia física desses geradores, atingindo uma média de 0,792 no primeiro trimestre de 2015, ante 0,961 no mesmo período do ano anterior.

Assim, as receitas operacionais no 1º trimestre de 2015 alcançaram R\$ 939,2 milhões, com redução de 49,4% em relação ao mesmo período de 2014, resultado decorrente, principalmente, da redução na liquidação de volumes na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de energia descontratada e dos Preços de Liquidação das Diferenças – PLD's praticados neste trimestre. (Notas 23.2 e 23.3).

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 159,6 milhões, com redução de 26,5% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Os custos e despesas operacionais de R\$ 384,8 milhões permaneceram praticamente estáveis (redução de 1,1%), com destaque para a redução em provisões para riscos legais em contraposição ao registro de despesa com energia comprada na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de R\$ 42,4 milhões.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) reduziu 68,6% e atingiu R\$ 394,9 milhões, com EBITDA Ajustado alcançando R\$ 575,4 milhões, conforme adiante demonstrado.

As Outras (Despesas) e Receitas Líquidas encerraram o trimestre em R\$ 18,1 milhões negativos (Nota 24.2).

O Resultado Financeiro (Nota 25) alcançou R\$ 207 milhões negativos (aumento de 527%) influenciado por 2 fatores: pela variação cambial e pela liquidação do Bônus da Série 8, que implicou em pagamento de imposto de renda sobre a remessa ao exterior. As Receitas Financeiras, de R\$ 48,5 milhões, refletem, principalmente, aumento nos rendimentos de aplicações financeiras. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram um aumento de 76,8% e totalizaram R\$ 82,5 milhões, reflexo do Imposto de Renda sobre remessa ao Exterior incorrido na liquidação do Bônus da Série 8.

As Variações Monetárias líquidas tiveram uma redução de 41,2% e encerraram o período em R\$ 21,8 milhões. As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 151,3 milhões negativos, decorrentes da desvalorização de 20,8% do Real frente ao Dólar norte-americano, verificada no primeiro trimestre de 2015, ante um ganho de R\$ 22 milhões no primeiro trimestre do ano passado.

O Lucro antes dos Impostos registrou R\$ 169,7 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos, a Companhia apurou um Lucro Líquido de R\$ 104,2 milhões, refletindo um decréscimo de 87,7% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Comentário do Desempenho

Indicadores Econômico-Financeiros

Referências	31.03.2015	31.03.2014	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh.....	132,87	208,59	-36,3%
Margem Operacional (%).....	50,6%	76,4%	-33,7%
Variação do Dólar (%).....	20,8%	-3,4%	+24,2 pp

Liquidez/Endividamento/VPA	31.03.2015	31.12.2014	Var.
Endividamento do Ativo.....	0,37	0,41	-9,7%
Participação de Capital de Terceiros.....	0,59	0,70	-15,4%
Liquidez Corrente.....	1,69	1,34	26,2%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	26,62	26,35	1,1%

Demonstração do LAJIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	31.03.2015	31.03.2014	Var.
Lucro líquido / (Prejuízo) do período	104.155	844.831	-87,7%
Imposto de renda e Contribuição social.....	65.537	425.045	-84,6%
Resultado financeiro.....	207.077	33.028	527,0%
= EBIT / LAJIR	376.769	1.302.904	-71,1%
Depreciação.....	158.465	159.596	-0,7%
= EBITDA / LAJIDA	535.234	1.462.500	-63,4%
Provisão para riscos legais.....	40.169	14.704	173,2%
= EBITDA / LAJIDA AJUSTADO	575.403	1.477.204	-61,0%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia, atualmente, possui cinco usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço. A concessão da UHE Três Irmãos (807,5 MW) foi objeto de leilão realizado em 28 de março de 2014, sendo a usina transferida para o novo controlador em 10 de outubro de 2014 (Nota 30). A Companhia está com 6.649,8 MW de capacidade instalada e 3.698,5 MW médios de garantia física de energia (Nota 12.2).

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo (informações quantitativas não revisadas pelos auditores independentes):

Produção Bruta em MWh		
Usinas	2015	2014
	1º Trim.	1º Trim.
<i>Ilha Solteira</i>	2.837.185	4.116.337
<i>Três Irmãos</i>	-	505.252
<i>Jupia</i>	1.960.104	2.281.266
<i>Porto Primavera</i>	2.306.560	2.573.096
<i>Paraibuna</i>	31.422	123.881
<i>Jaguari</i>	4.557	26.572
Total	7.139.828	9.626.404

Da receita operacional bruta da Companhia do período findo em 31 de março de 2015, cerca de 68% (36% em 2014) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 28% (16% em 2014) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 4% (48% em 2014) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 23.2).

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo quatro leilões de venda de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de venda de energia provenientes de novos empreendimentos.

Notas Explicativas

A CESP vendeu, através de leilões, 808 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$/M Wh)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	nov/05	94,91
Produto 2014 12M	2014	400,0	191,60	jan/14	191,42
Produto 2014 18M	2014 a 2015	98,0	165,20	jan/14	98,00
		808,0			

LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 23.1).

1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupuí, vencíveis em 07 de Julho de 2015, e, adicionalmente, o mesmo tratamento para a Usina de Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro termo de concessão ocorreu em novembro de 2011.

O Poder Concedente, através da MP 579 e de portarias, estabeleceu condições específicas para a antecipação dessas renovações. Essas condições se referiam a novas receitas a serem praticadas por essas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu ainda que as usinas cujas renovações não fossem aceitas seriam licitadas ao término das concessões.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da CESP – Companhia Energética de São Paulo decidiram pela não renovação das UHE's de Ilha Solteira, Jupuí e Três Irmãos. Com essa decisão, a CESP continuará a operar normalmente as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí até o termo final da concessão que se dará em julho de 2015. Para maiores informações sobre a UHE Três Irmãos, vide nota 30.

As usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e estão sendo operadas normalmente pela CESP.

1.4 Risco Hidrológico

As usinas hidrelétricas Ilha Solteira, Jupuí e Porto Primavera concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, a oeste do Estado de São Paulo. A usina de Ilha Solteira opera com reservatório de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupuí e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da usina de Jupuí.

As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à sua jusante.

A região é tropical, de elevados índices históricos de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente regionais e de curta duração, são cobertas pelo

Notas Explicativas

Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 11,25 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.840, de 9 de dezembro de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015). Durante 2014 vigorou a TEO de R\$ 10,54 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.658, de 26 de novembro de 2013).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 12 de maio de 2015.

As informações trimestrais da Companhia, para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de março de 2015.

2.1 Base de elaboração

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os dados não financeiros, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram auditados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua e são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data da demonstração. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

2.3 Alterações na apresentação

Durante o período de três meses findo em 31/3/2015, certas rubricas da demonstração do resultado foram classificadas de forma diferente daquela que vinha sendo adotada até o balanço de 31/12/2014. A Administração da Companhia entende que essa nova classificação das contas melhor reflete a natureza de suas operações e, adicionalmente, alinha-se com as diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Assim, a Companhia efetuou algumas alterações na apresentação da demonstração de resultados do trimestre findo em 31/03/2014, reclassificando:

- Taxa de Fiscalização – ANEEL e Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos foram reclassificadas de “Despesas operacionais” para “Deduções à Receita Operacional”;
- As Provisões para Riscos Legais, com exceção da Provisão sobre Ações de desapropriações – empresas cindidas foram reclassificadas de “Outras (Despesas) Receitas Líquidas” para “Provisões Operacionais”.

A reclassificação pode ser melhor visualizada no demonstrativo abaixo:

Notas Explicativas

	31.03.2014		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reclassificado
RECETAS OPERACIONAIS	1.865.764	-	1.865.764
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(21.077)	-	(21.077)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(17.036)	-	(17.036)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(20)	-	(20)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(101.419)	-	(101.419)
PIS s/ receitas operacionais.....	(22.007)	-	(22.007)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	-	(51.898)	(51.898)
Taxa de fiscalização ANEEL.....	-	(3.726)	(3.726)
	(161.559)	(55.624)	(217.183)
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.704.205	(55.624)	1.648.581
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal.....	(43.169)	-	(43.169)
Programa de incentivo a aposentadoria.....	(6.294)	-	(6.294)
Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano.....	(2.107)	-	(2.107)
Entidade de Previdência Empregados - CPC 33/IAS 19.....	1.255	-	1.255
Material.....	(2.872)	-	(2.872)
Serviços de terceiros.....	(18.263)	-	(18.263)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(51.898)	51.898	-
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema.....	(91.606)	-	(91.606)
Taxas do setor elétrico.....	(4.611)	4.611	-
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso da rede / energia.....	4.514	-	4.514
Depreciação	(159.268)	-	(159.268)
Provisão para perda estimada de créditos.....	(2.716)	-	(2.716)
Provisões operacionais	(12.170)	(51.511)	(63.681)
Outras despesas	(3.922)	(885)	(4.807)
	(393.127)	4.113	(389.014)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.311.078	(51.511)	1.259.567
Outras (Despesas) / Receitas Líquidas.....	(8.174)	51.511	43.337
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	1.302.904	-	1.302.904
RESULTADO FINANCEIRO	(33.028)	-	(33.028)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.269.876	-	1.269.876
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(425.045)	-	(425.045)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	844.831	-	844.831
Lucro básico e diluído por ação.....	2,58	-	2,58

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A

Notas Explicativas

classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de março de 2015, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “empréstimos e recebíveis”.

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
- b. Valores a receber – CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria:

- a. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
- b. Cauções e depósitos vinculados (Nota 10)

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Notas Explicativas

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Tributação

3.4.1 Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS - 7% a 18% (i).
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS - 7,65% (ii).
- Programa de Integração Social – PIS - 1,65% (ii).
- Instituto Nacional do Seguro Social – INSS - 1,5%.

Os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados como redutoras do custo das vendas na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

3.4.2 Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada às alíquotas de 25% e 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Notas Explicativas

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.5 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.6 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o exercício de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

3.7 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão.

3.8 Ativo Contingente – UHE Três Irmãos

Notas Explicativas

O CPC 25/IAS 37 define Ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Dada à divergência existente entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia em relação ao valor de indenização relativa à UHE Três Irmãos, a Companhia entende que o seu direito em receber o montante de acordo com os seus fundamentos será exercido por medidas judiciais. Dessa forma, passa a existir um ativo contingente e, em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, durante 2013 a Companhia constituiu provisão para ativo contingente ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente para a UHE Três Irmãos (valor incontroverso – Nota 30).

3.9 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
- b. Encargos de dívidas (Nota 13)
- c. FIDC's (Nota 14)

3.10 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 – Benefícios a empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Notas Explicativas

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

3.11 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº. 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº. 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.12 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa (Nota 19).

3.13 Obrigações e provisões para compromissos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.14 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

Notas Explicativas

3.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Conseqüentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.17 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº. 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº. 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.17.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais, e com os quais a Companhia mantém contratos de fornecimento.

3.17.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente através de contratos de fornecimento de médio e longo prazo.

3.17.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados.

3.17.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.18 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.19 Informação por segmento

Notas Explicativas

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações intermediárias, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda estimada de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Notas Explicativas

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, com base em estudos atuariais elaborados anualmente, sendo que o último estudo foi realizado em 31 de dezembro de 2014, e adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade. Entre o último estudo atuarial elaborado, na data base 31 de dezembro de 2015, e a data dessas informações intermediárias, não houve mudanças nas premissas e demais condições do Plano, que ensejassem modificações nos critérios adotados.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES EM INTERPRETAÇÕES JÁ EXISTENTES

Abaixo são apresentados os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

Norma	Requerimento
IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IAS 16 e IAS 38 – Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do	A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Essas alterações esclarecem que, se o valor

Notas Explicativas

Empregado	das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço.
IFRS 3 – Combinação de Negócios	A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece as exceções de escopo na IFRS 3, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> • Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 3; • Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras do acordo conjunto em si.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 11 – Negócios em Conjunto	A entidade participante de uma <i>joint venture</i> deve aplicar os princípios relevantes relacionados a combinação de negócios, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas.
IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo	A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> • Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13; • Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo conjunto em si.
IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da alteração das normas acima emitidas e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2014) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

		Tipo de		
		Aplicação	31.03.2015	31.12.2014
Caixa				
			2.424	5.796
Aplicações Financeiras				
	Banco do Brasil S.A. - SIAFEM..	Fundo	1.698.376	1.955.783
	Banco Safra S.A. (*).....	US\$	-	463.113
	Outras instituições.....	CDB / CDI	287	3.160
			<u>1.698.663</u>	<u>2.422.056</u>
			<u>1.701.087</u>	<u>2.427.852</u>

(*) Referia-se à aquisição de US\$ 174.352 mil efetuada em agosto de 2014, e utilizada para pagamento do empréstimo Bônus Série 8 em 15 de janeiro de 2015.

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	<u>31.03.2015</u>			<u>31.12.2014</u>
	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Consumidores				
Industrial.....	89.835	4.172	94.007	83.350
Serviços públicos.....	4.792	-	4.792	4.459
	<u>94.627</u>	<u>4.172</u>	<u>98.799</u>	<u>87.809</u>
Revendedores				
Agentes comercializadores.....	132.895	-	132.895	89.295
Leilões de energia.....	105.465	6.144	111.609	160.101
Suprimento - cotas.....	-	2	2	2
	<u>238.360</u>	<u>6.146</u>	<u>244.506</u>	<u>249.398</u>
Energia Livre / CCEE				
Energia Livre (RTE) (Nota 6.2).....	-	13.712	13.712	13.712
CCEE.....	-	-	-	72.142
	<u>-</u>	<u>13.712</u>	<u>13.712</u>	<u>85.854</u>
Total.....	<u>332.987</u>	<u>24.030</u>	<u>357.017</u>	<u>423.061</u>

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de março de 2015, os dez principais clientes representam 63% do total da carteira (39% em 31.12.2014).

Notas Explicativas

6.2 Energia Livre – Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 13.712 (R\$ 13.712 em 31.12.2013) e encontra-se em discussão judicial (Nota 7).

6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE *versus* o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período findo em 31 de março de 2015, a Companhia comercializou o montante de R\$ 36.330 (R\$ 875.573 em 2014) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 23.2).

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31.12.2014	(Adições) / Baixas	31.03.2015
Consumidores (a)	(4.172)	-	(4.172)
Leilões de energia (b)	(6.144)	-	(6.144)
Energia Livre (RTE) (Nota 6).....	(13.712)	-	(13.712)
Outros Créditos (c)	(13.858)	(720)	(14.578)
	(37.886)	(720)	(38.606)

- (a) Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;
 (b) Constituída originalmente em face de recuperação judicial da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.;
 (c) Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9);

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	31.03.2015	31.12.2014
Circulante		
Imposto de renda (a).....	1.907	2.057
Contribuição social (b).....	586	701
COFINS a compensar	1.707	1.410
PIS a compensar.....	370	305
	4.570	4.473

- (a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
 (b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

Notas Explicativas

9 OUTROS CRÉDITOS

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	5.763	7.398
Créditos diversos (*)	20.778	17.394
FIDC - conta vinculada.....	20.185	22.066
Ordens de projetos - P & D.....	45.502	41.290
Outros.....	3.482	1.955
	<u>95.710</u>	<u>90.103</u>
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	2.587	3.127
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Outros.....	242	242
	<u>4.190</u>	<u>4.730</u>
Total.....	<u>99.900</u>	<u>94.833</u>

(*) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 14.578 (R\$ 13.858 em 31.12.2014 – Nota 7).

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (a)		
Ações cíveis.....	169.618	164.528
Ações trabalhistas - recursais	57.809	53.620
Ações tributárias.....	16.316	16.271
Ações ambientais.....	454.912	454.943
Outros depósitos judiciais.....	2.164	2.180
	<u>700.819</u>	<u>691.542</u>
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE (b)	42.069	816
Quotas subordinadas - FIDC (c)	83.406	81.197
	<u>125.475</u>	<u>82.013</u>
Total.....	<u>826.294</u>	<u>773.555</u>

(a) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 31 de março de 2015, o montante de R\$700.819 (R\$ 691.542 em 31.12.2014; Nota 19);

(b) Crédito caucionado referente a garantia financeira, junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A (Nota 18.2);

(c) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC IV – 72 quotas, que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

Notas Explicativas

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de março de 2015, a Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 3.101.246, sendo: R\$ 2.319.053 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 675.890, diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.258.365 e ajuste do imobilizado – custo atribuído de R\$ 384.798), e de contribuição social de R\$782.193 (formado por base negativa de R\$ 190.653, diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 453.012 e ajuste do imobilizado – custo atribuído de R\$ 138.528).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 31 de março de 2015, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia para os próximos 10 anos, as quais são revisadas anualmente, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão. Para as concessões vincendas até 2015, o prazo considerado encerra-se com o prazo da concessão. Para as demais concessões o prazo é limitado a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2024; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Composição dos saldos:

	LÍQUIDO ATIVO	
	31.03.2015	31.12.2014
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais registrados (a)	196.224	227.393
Prejuízos fiscais (não registrados).....	479.666	479.666
Diferenças intertemporais (não registradas).....	1.258.365	1.251.018
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	384.798	367.443
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos	<u>(21.427)</u>	<u>(60.135)</u>
	2.297.626	2.265.385
Contribuição social		
Base negativa registrada (a)	77.883	89.355
Base negativa (não registrada).....	112.770	112.770
Diferenças intertemporais (não registradas).....	453.012	450.367
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	138.528	132.280
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos	<u>(7.716)</u>	<u>(21.650)</u>
	774.477	763.122
Provisão sobre créditos tributários não registrados	<u>(2.303.813)</u>	<u>(2.293.821)</u>
	<u>768.290</u>	<u>734.686</u>

(a) Durante o trimestre findo em 31 de março de 2015, foi realizado o valor de R\$ 42.641, sendo compensado com impostos correntes; e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 31.169, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 11.472 de base negativa.

(b) A realização do passivo diferido, ocorrida durante o trimestre, refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 23.603 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 52.642.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 26).

O imposto de renda (R\$ 196.224) e a contribuição social (R\$ 77.883) diferidos, totalizando R\$ 274.107, deverão ser realizados num prazo de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Exercício	Exercícios							Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020 a 2022	2023 e 2024	
Parcela Estimada de Realização	63.714	16.052	15.953	19.267	21.716	81.268	56.137	274.107

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

12 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.1 a 12.5 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	31.03.2015		31.12.2014
		Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido
Em Serviço				
Terrenos.....		327.214	-	327.214
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	1,9%	22.142.775	(17.470.184)	4.672.591
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1,8%	6.418.279	(5.307.082)	1.111.197
Máquinas e Equipamentos.....	1,0%	7.866.107	(6.185.963)	1.680.144
Veículos.....	2,4%	7.198	(6.366)	832
Móveis e Utensílios.....	8,7%	25.589	(22.235)	3.354
		<u>36.787.162</u>	<u>(28.991.830)</u>	<u>7.795.332</u>
Em Curso				
Terrenos.....		1.895	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....		174.164	-	174.164
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		48.480	-	48.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		109.070	-	109.070
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		121.051	-	121.051
Depósitos Judiciais.....		155.368	-	155.368
Outros.....		17.155	-	17.155
		<u>627.183</u>	<u>-</u>	<u>627.183</u>
Total		<u>37.414.345</u>	<u>(28.991.830)</u>	<u>8.422.515</u>
				<u>8.504.161</u>

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº. 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedessem ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, variam de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2014	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	31.03.2015
Em Serviço						
Terrenos.....	326.978	-	-	236	-	327.214
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	4.781.965	-	(109.374)	-	-	4.672.591
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.139.566	-	(28.369)	-	-	1.111.197
Máquinas e Equipamentos.....	1.699.088	-	(20.299)	1.355	-	1.680.144
Veículos.....	882	-	(50)	-	-	832
Móveis e Utensílios.....	3.727	-	(373)	-	-	3.354
	<u>7.952.206</u>	<u>-</u>	<u>(158.465)</u>	<u>1.591</u>	<u>-</u>	<u>7.795.332</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.895	146	-	(236)	90	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	157.312	16.852	-	-	-	174.164
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	48.312	168	-	-	-	48.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	108.968	102	-	-	-	109.070
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	119.118	3.288	-	(1.355)	-	121.051
Depósitos Judiciais.....	100.332	55.126	-	-	(90)	155.368
Outros.....	16.018	1.137	-	-	-	17.155
	<u>551.955</u>	<u>76.819</u>	<u>-</u>	<u>(1.591)</u>	<u>-</u>	<u>627.183</u>
Total	<u>8.504.161</u>	<u>76.819</u>	<u>(158.465)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.422.515</u>

	31.12.2013	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	31.03.2014
Em Serviço						
Terrenos.....	393.653	-	-	20	(74)	393.599
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	7.012.116	-	(110.166)	-	-	6.901.950
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.364.883	-	(28.868)	-	-	1.336.015
Máquinas e Equipamentos.....	1.747.460	-	(19.892)	660	(2)	1.728.226
Veículos.....	740	-	(41)	-	-	699
Móveis e Utensílios.....	5.956	-	(629)	-	(1)	5.326
	<u>10.524.808</u>	<u>-</u>	<u>(159.596)</u>	<u>680</u>	<u>(77)</u>	<u>10.365.815</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.895	20	-	(20)	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	125.542	13.623	-	-	-	139.165
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	51.480	-	-	-	-	51.480
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	150.660	357	-	-	-	151.017
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	110.650	1.820	-	(660)	-	111.810
Depósitos Judiciais.....	100.333	-	-	-	(320)	100.013
Outros.....	11.371	615	-	-	-	11.986
	<u>551.931</u>	<u>16.435</u>	<u>-</u>	<u>(680)</u>	<u>(320)</u>	<u>567.366</u>
Total	<u>11.076.739</u>	<u>16.435</u>	<u>(159.596)</u>	<u>-</u>	<u>(397)</u>	<u>10.933.181</u>

12.1 Imobilizado em curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos para o parque gerador. Assim, à vista do CPC 20, a Companhia não efetua capitalização de juros sobre o seu ativo imobilizado em curso por entender que não possui um ativo qualificável.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 155.368 (R\$ 100.332 em 31.12.2014), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 24.2).

Notas Explicativas

12.2 Concessões de energia elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio	Entrada em Operação (a)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira	20	3.444,0	1.731,5	18.07.73	07.07.15
Jupiá	14	1.551,2	886,0	14.04.69	07.07.15
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,0	1.017,0	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
Total	52	6.649,8	3.698,5	(b)	

(a) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(b) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(*) Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes.

12.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

12.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	01.01.2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Engº Sérgio Motta	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupiá	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

Notas Explicativas

Movimentação:

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 01.01.2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações.....	(2.747.946)	934.302	(1.813.644)
Saldo em 31.12.2013	805.332	(273.813)	531.519
Realização no exercício de 2014 (depreciação)...	(277.811)	94.455	(183.356)
Realização no exercício de 2014 (Nota 12.5).....	(1.997.296)	679.081	(1.318.215)
Saldo em 31.12.2014	(1.469.775)	499.723	(970.052)
Realização no período.....	(69.420)	23.603	(45.817)
Saldo final em 31.03.2015	(1.539.195)	523.326	(1.015.869)

Usina	31.03.2015		
	Imobilizado R\$	Impostos Diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
UHE Jupia.....	24.258	(8.248)	16.010
UHE Ilha Solteira.....	57.840	(19.666)	38.174
UHE Engº Sérgio Motta.....	(1.709.881)	581.359	(1.128.521)
UHE Paraibuna.....	65.613	(22.308)	43.305
UHE Jaguari	22.975	(7.811)	15.163
Total	(1.539.195)	523.326	(1.015.869)

Em dezembro de 2014 a Companhia procedeu à avaliação quanto à recuperabilidade de seus ativos, concluindo pela necessidade de registro de provisão relativamente às usinas de Ilha Solteira e Jupia, no valor de R\$1.997.296. Consequentemente, o valor de R\$1.318.215, correspondente da mais valia desses ativos (liquida de impostos), até então mantidas na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, foi transferida para a conta de Lucros Acumulados. O valor, remanescente, de R\$ 970.052, corresponde basicamente à “menos valia” apurada sobre a Usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos.

12.5 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Conforme descrito na Nota Explicativa 12.4, a Companhia optou, quando da apresentação das Demonstrações Financeiras de 2010 e adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura em 01/01/2009 (então denominada data de transição). Este procedimento resultou na elevação do valor contábil das usinas Jupia, Paraibuna, Jaguari e as do Complexo Ilha Solteira/Três Irmãos, e na redução do valor da usina Porto Primavera (Engº Sergio Motta).

Cumprindo o CPC nº 01, anualmente a Administração prepara estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente.
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95%; 2013: 5,73%; 2014: 5,44% a.a. líquida de imposto de renda).

Em setembro de 2012 o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, oferecendo a renovação antecipada das concessões de geração, em contrapartida da substituição do regime de preços pelo regime de cotas, e em 1º de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria Interministerial nº 580 MME/MF, informou o valor da indenização a ser pago referente aos ativos das usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 para as Concessionárias que aceitassem a antecipação da renovação das

Notas Explicativas

concessões. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões nas condições estabelecidas pela MP 579.

No encerramento das Demonstrações Financeiras de 2013, as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de ser consideradas de forma integrada (complexo), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013. Os ativos vinculados à concessão da UHE Três Irmãos foram transferidos para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão", e a Administração fez registrar uma Provisão remanescendo o valor considerado incontroverso dos ativos que serão indenizados pelo Poder Concedente (Nota 30).

Tendo em vista que em 7 de julho de 2015 ocorrerá o vencimento das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia, foi, conforme determina o CPC nº 01, estimado o fluxo de caixa futuro das operações até o termo final das concessões. Considerando (i) que apenas em 27 de março de 2014, pela Portaria Interministerial nº 129 MME/MF, o Poder Concedente reafirmou o valor da indenização proposto para a UHE Três Irmãos, deixando evidente que não foram aceitos os argumentos da Companhia durante o processo de conciliação dos valores de indenização daquela usina, já que nos estudos da EPE não foram considerados custos sócio ambientais, eclusas e outros ativos; (ii) que, a Companhia está apurando os valores que poderão ser apresentados à ANEEL até 31 de dezembro de 2015, conforme definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, referentes aos acréscimos decorrentes de modernizações e melhorias realizadas e ainda não depreciadas, a que a Companhia tem direito; (iii) que a Companhia ainda não conhece detalhes de como foram calculadas as indenizações e, embora solicitado, não recebeu resposta ao requerimento formulado à EPE em 07 de maio de 2014, para disponibilização do cálculo/planilhas do valor a ser indenizado das usinas Ilha Solteira e Jupia; (iv) que não há razoável certeza quanto ao recebimento de indenização por valores apurados de acordo com os princípios internacionais de contabilidade (*deemed cost* ou Valor Novo de Reposição Depreciado), e também quanto ao próprio valor das indenizações, a Administração, apenas para fins de cumprimento do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, está mantendo na sua contabilidade, para as UHE's Ilha Solteira e Jupia, o valor de R\$ 998.716 mil, considerado como valor de recuperação na data de encerramento do exercício e composto pelo fluxo propiciado pelas operações e pelo valor existente na contabilidade regulatória, por entendê-lo incontroverso nos termos do Contrato de Concessão.

Desta maneira, a CESP procedeu à contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997.296 registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica "outras despesas operacionais" (Nota 24.2), conforme apresentado no quadro abaixo.

	Em 31.12.2014		
	Ilha Solteira	Jupia	Total / Impairment
Valor de recuperação.....	639.360	359.356	998.716
Ativo imobilizado líquido.....	(2.302.562)	(693.450)	(2.996.012)
Impairment Contabilizado	(1.663.202)	(334.094)	(1.997.296)

Composição da provisão para redução ao valor recuperável de ativo	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial
Parcela da mais valia (IFRS).....	1.997.296	679.081	1.318.215
Provisão para impairment.....	1.997.296	679.081	1.318.215

Cabe salientar, no entanto, que a Administração da Companhia, apesar de ter procedido ao registro dessa provisão em atendimento do CPC01 e ao princípio da prudência, reserva-se o direito de, em data futura, sustentar discussões com o Poder Concedente, visando o recebimento de indenização por valores que considere justos, e sustentáveis pelos termos de seus Contratos de Concessões.

As demais usinas pertencentes ao Parque gerador da Companhia apresentaram fluxo de caixa positivo, não havendo necessidade de registro de provisão para desvalorização daqueles ativos em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de *Sale and Leaseback* e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base em dados financeiros em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

13.1 Composição

	31.03.2015				31.12.2014			
	Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
Moeda Estrangeira								
BNDES (1)	6.614	153.625	682.955	843.194	2.191	124.727	583.819	710.737
Outras Instituições	138	-	1.306	1.444	52	-	1.240	1.292
	<u>6.752</u>	<u>153.625</u>	<u>684.261</u>	<u>844.638</u>	<u>2.243</u>	<u>124.727</u>	<u>585.059</u>	<u>712.029</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (2) ..	50	12.910	-	12.960	732	38.728	-	39.460
Notas de Médio Prazo (3)	-	-	-	-	41.171	937.034	-	978.205
ELETROBRÁS (4)	6	5.154	18.920	24.080	8	5.154	20.208	25.370
	<u>56</u>	<u>18.064</u>	<u>18.920</u>	<u>37.040</u>	<u>41.911</u>	<u>980.916</u>	<u>20.208</u>	<u>1.043.035</u>
	<u>6.808</u>	<u>171.689</u>	<u>703.181</u>	<u>881.678</u>	<u>44.154</u>	<u>1.105.643</u>	<u>605.267</u>	<u>1.755.064</u>

13.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

- (1) O saldo de principal, em 31 de março de 2015, de R\$ 836.580 (R\$ 708.546 em 31.12.2014) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de *spread* básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.

13.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (2) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 31 de março de 2015 é de R\$ 12.910 (R\$ 38.728 em 31.12.2014).
- (3) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a. e liquidou-o em 15 de janeiro de 2015.
- (4) Saldo de principal de R\$ 24.074 (R\$ 25.362 em 31.12.2014), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 23.339 (R\$ 24.591 em 31.12.2014) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.
- (b) Saldo de R\$ 735 (R\$ 771 em 31.12.2014) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

13.4 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira:

Moeda	31.03.2015			31.12.2014		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	837.886	261.186	100,00	709.786	267.219	100,00
	837.886	261.186	100,00	709.786	267.219	100,00

13.5 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2016.....	42.983	137.889	4.831	142.720
De 2017 a 2020.....	169.908	545.066	14.089	559.155
De 2021 a 2024.....	407	1.306	-	1.306
	213.298	684.261	18.920	703.181

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 3,2080 em 31 de março de 2015 (R\$ 2,6562 em 31.12.2014).

13.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos trimestres findos em	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
31.03.2015	20,77	3,83	0,20	2,03	2,43
31.03.2014	(3,40)	2,18	0,18	2,55	2,75

14 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	31.03.2015			31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante		Total	Total
Encargos	Principal	Principal			
- FIDC IV.....	3.716	282.811	212.740	499.267	559.342
	3.716	282.811	212.740	499.267	559.342

Para projeção de vencimentos, vide Nota 28.1.

14.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 83.406 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

Notas Explicativas

15 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FIDC

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

											Valores em R\$ mil		
MOEDA	Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Encargos	Circulante	Não Circulante	31.03.2015 Total	31.12.2014 Total	
						Encargos	Principal						
MOEDA ESTRANGEIRA													
BNDDES	BRADY	US\$	13.2 item 1	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	6.614	153.625	684.261	844.638	712.029	
OUTRAS INSTITUIÇÕES													
	ELETROPAULO	US\$		Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	138	-	1.306	1.444	1.292	
MOEDA NACIONAL													
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS													
	BNDDES - Finame ITAÚ-BBA	R\$	13.3 item 2	(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	50	12.910	-	12.960	39.460	
MEDIUM TERM NOTES													
	BÔNUS - SÉRIE 8	R\$	13.3 item 3	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	-	-	-	-	978.205	
ELETOBRÁS													
	ELETOBRÁS - RGR	R\$	13.3 item 4	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	-	5.001	18.338	23.339	24.591	
	ELETOBRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	6	153	582	741	779	
OUTRAS DÍVIDAS													
	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC IV	R\$	14	1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	3.716	282.811	212.740	499.267	559.342	
								TOTAL GERAL	10.524	454.500	915.921	1.380.945	2.314.406

15.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a Pagar

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Total
Saldo inicial em 31.12.2014	1.043.035	712.029	559.342	2.314.406
Ingressos.....	-	-	-	-
Juros e Comissões.....	4.533	11.962	2.196	18.691
Variações Monetárias.....	7.143	-	14.630	21.773
Variações Cambiais.....	-	151.262	-	151.262
Amortização de Principal.....	(969.775)	(21.500)	(76.901)	(1.068.176)
Amortização de Juros.....	(47.896)	(9.115)	-	(57.011)
Saldo final em 31.03.2015	37.040	844.638	499.267	1.380.945

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Total
Saldo inicial em 31.12.2013	999.870	762.923	784.444	2.547.237
Juros e Comissões.....	22.477	12.658	3.166	38.301
Variações Monetárias.....	18.179	-	18.828	37.007
Variações Cambiais.....	-	(21.537)	-	(21.537)
Amortização de Principal.....	(13.302)	(16.783)	(73.487)	(103.572)
Amortização de Juros.....	(43.522)	(8.393)	-	(51.915)
Saldo final em 31.03.2014	983.702	728.868	732.951	2.445.521

Notas Explicativas

16 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Circulante		
COFINS s/ receitas	21.700	22.044
PIS s/ receitas	4.719	4.785
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	4.230	3.621
Imposto de renda s/lucro.....	24.034	3.798
Contribuição social s/lucro.....	8.885	3.470
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	-	5.892
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	3.790	4.447
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.524	1.973
	<u>68.882</u>	<u>50.030</u>

17 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	<u>31.03.2015</u>			<u>31.12.2014</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BPS (Nota 17.2.1)..	139.552	232.588	372.140	396.733
- Contrato de Dívida - outros (Nota 17.2.2).....	24.388	40.646	65.034	69.030
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(163.940)	(169.932)	(333.872)	(333.872)
	<u>-</u>	<u>103.302</u>	<u>103.302</u>	<u>131.891</u>

17.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

17.2 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

Notas Explicativas

17.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

17.2.2 Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de março de 2015, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

17.2.2.1 Movimentação

	31.03.2015	31.03.2014
Saldo inicial.....	131.891	62.915
(Receita) / despesa do período	(108)	852
Contribuições pagas.....	(41.987)	(33.166)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	13.506	16.681
Saldo final.....	<u>103.302</u>	<u>47.282</u>

Despesa / (Receita) estimada para 2015	2015
Plano BSPS.....	5.060
Plano BD.....	3.705
Total.....	<u>8.765</u>

Notas Explicativas**18 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO E ENERGIA COMPRADA – CCEE****18.1 Taxas regulamentares / Encargos do sistema de transmissão**

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal (a)	10.089	12.359
- Diferença de Quotas - 2013 (b)	33.600	33.600
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	26.078	22.340
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.541	1.541
Quotas para P&D - FNDCT (c)	1.955	2.167
Quotas para P&D - EPE (c)	977	1.084
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d)	41.596	41.609
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (e)	701	713
	<u>116.537</u>	<u>115.413</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2014 (f)	70.969	70.969
	<u>187.506</u>	<u>186.382</u>

(a) Quota RGR do mês de março de 2015, de R\$ 7.060 acrescida de 4 parcelas de R\$ 757, do período março/2015 a junho/2015, conforme despacho ANEEL 3.789, de 19 de setembro de 2014.

(b) Diferença de quota RGR 2013, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em julho/2015.

(c) Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

(d) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1555 de 27 de junho de 2013, atualizada anualmente e nº 1758 de 24 de junho de 2014.

(e) Pagamento referente aos encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.591, de 28.08.2013 e 1.641, de 22.10.2013.

(f) Diferença de quota RGR 2014, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em julho/2016.

18.2 Energia Comprada – CCEE (Passivo)

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Energia comprada (*)		
CCEE	7.621	-
Provisão CCEE	26.000	-
Total	<u>33.621</u>	<u>-</u>

(*) A produção de energia foi impactada pelas precipitações pluviométricas abaixo da MLT – Média de Longo Termo, fazendo com que a Companhia passasse a comprar energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Notas Explicativas

19 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas perdas prováveis.

Composição:

	31.12.2014	Movimentação		31.03.2015
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	412.213	8.675	(17.175)	403.713
Cíveis				
Ações diversas	25.186	6.470	(518)	31.138
Tributárias				
Ações diversas	14.898	1.429	-	16.327
Indenizações				
Ações ambientais.....	846.056	(8.402)	(4)	837.650
Ações cíveis.....	956.913	18.932	(182)	975.663
Desapropriações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	253.717	16.836	(129)	270.424
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	151.883	13.065	(4.357)	160.591
Soma Indenizações e Desapropriações	2.208.569	40.431	(4.672)	2.244.328
TOTAL	2.660.866	57.005	(22.365)	2.695.506

	31.12.2013	Movimentação		31.03.2014
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas				
Ações diversas	237.793	11.305	(4.279)	244.819
Cíveis				
Ações diversas	22.193	825	-	23.018
Tributárias				
Ações diversas	1.024	40	-	1.064
Indenizações				
Ações ambientais.....	551.568	19.011	-	570.579
Ações cíveis.....	870.991	32.500	(9.842)	893.649
Desapropriações e indenizações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	219.573	13.046	(792)	231.827
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	413.843	(48.977)	(69)	364.797
	2.055.975	15.580	(10.703)	2.060.852
TOTAL	2.316.985	27.750	(14.982)	2.329.753

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	31.03.2015			
	Expectativa de Perda			
	Provável	Possível	Remota	Total
Ações trabalhistas.....	403.713	280.341	201.441	885.495
Ações cíveis diversas.....	31.138	184.923	3.972	220.033
Ações tributárias.....	16.327	31.444	12.354	60.125
Ações ambientais.....	837.650	1.222.706	1.319.051	3.379.407
Ações cíveis.....	975.663	1.438.115	3.776.278	6.190.056
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	270.424	1.001.996	92.862	1.365.282
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	160.591	255.941	1.347	417.879
	2.695.506	4.415.466	5.407.305	12.518.277

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 12.518.277. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.695.506, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 700.819 (R\$ 691.542 em 31 de dezembro de 2014), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 155.368 (imobilizado em curso – Nota 11).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

19.1 Reclamações Trabalhistas

Em 31 de março de 2015, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 885.495. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 403.713 representadas por 717 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 57.809.

A CESP é ré em 46 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 243.855. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 159.858 associados a 671 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 280.341 correspondentes a 1.026 processos, sendo 23 destes relacionados à Lei Estadual nº. 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; e (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$52.409. O valor remanescente, de R\$227.932, corresponde a 1.003 processos.

19.2 Ações Cíveis Diversas

19.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perdas prováveis e possíveis, em 31 de março de 2015, são R\$ 31.138 e R\$ 7.801 respectivamente.

19.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. A CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando a recontabilização e liquidação determinadas por aquele juízo e passaram a integrar a lide. A Companhia já contestou a ação, a qual encontra-se até o momento sem uma decisão da Justiça. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 177.122, cujo risco de perda é avaliado como possível.

19.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 60.125, composto por R\$ 16.327 com expectativa de perda considerada provável, referente a 5 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 16.316 (R\$ 16.271 em 31 de dezembro de 2014). Outras 105 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 31.444.

19.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

Notas Explicativas

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 2.060.356 em 31.03.2015, conforme abaixo:

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	196.781	484.296	681.077
Descumprimento de acordo.	433.883	183.339	617.222
Parques.....	169.151	-	169.151
Mata ciliar.....	-	156.665	156.665
Lençol freático.....	-	345.305	345.305
Outros.....	37.835	53.101	90.936
	<u>837.650</u>	<u>1.222.706</u>	<u>2.060.356</u>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 454.912 (R\$ 454.943 em 31.12.2014) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

19.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

19.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de março de 2015, é de R\$ 151.436 e R\$ 542.208 respectivamente, para 223 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

19.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 90 ações envolvendo o valor de R\$ 727.774 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 467.568 com risco de perda possível em 31 de março de 2015. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

19.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 62 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 38.543 e R\$ 57.910, relacionadas a processos cuja probabilidade de perda é avaliada como provável. Existem ainda outras ações consideradas com probabilidade de perda possível, sendo 4 ações de inadimplemento contratual, que totalizam R\$ 62.292 e 215 processos no montante de R\$ 366.047.

19.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 270.424 para 78 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, cujo risco de perda é avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Companhia. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 1.001.996 referentes a 6 processos judiciais.

19.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$417.879. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 160.591 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

20 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

20.1 Obrigações Socioambientais

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Não Circulante		
Reflorestamento (*)	75.000	75.000
Licenciamento.....	<u>26.192</u>	<u>26.192</u>
	<u>101.192</u>	<u>101.192</u>
	<u>101.192</u>	<u>101.192</u>

(*) Refere-se ao compromisso de adquirir áreas e de realizar projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

20.2 Outras Obrigações

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Circulante		
Fundação CESP (a)	13.104	13.566
P & D - Projetos (b)	130.579	125.155
Outros.....	<u>5.313</u>	<u>5.413</u>
	<u>148.996</u>	<u>144.134</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)...	15.481	15.481
Outros.....	<u>-</u>	<u>1.995</u>
	<u>15.481</u>	<u>17.476</u>
	<u>164.477</u>	<u>161.610</u>

- (a) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
- (b) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- (c) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m.

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia no 1º trimestre de 2015 foi de R\$ 586 (R\$ 510 em 2014), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 476 (R\$ 412 em 2014) e encargos sociais no valor de R\$ 110 (R\$ 98 em 2014).

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.03.2015				No Trimestre
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
CPTM (a)	6	Venda de energia	4.793	-	-	-	13.915
Órgãos do Estado de SP (b)..		Cessão de empregados	12.169	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	102	-	(306)
Eletrobrás.....	13	Empréstimos	-	-	5.160	18.920	(440)
Fundação CESP.....	17	Entidade de previdência	-	-	-	103.302	(2.191)

Notas Explicativas

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.03.2014				No Trimestre
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
CPTM (a)	6	Venda de energia	4.198	-	-	-	12.379
Órgãos do Estado de SP (b)		Cessão de empregados	30.739	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	98	-	(294)
Eletrobrás	13	Empréstimos	-	-	5.181	24.074	(357)
Fundação CESP	17	Entidade de previdência	-	-	-	47.282	(4.026)

- (a) Termos de aditamentos celebrados com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controlada pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.
- (b) Cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Energia, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo.
- (c) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 102.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

22.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.620 ações ordinárias, 7.610.953 ações preferenciais classe A e 210.724.100 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de março de 2015, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,18	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	0,01
Companhia Paulista de Parcerias - CPP	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros	2.175	-	-	-	700	-	2.875	-
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.928.969</u>	<u>13,74</u>	<u>132.967.843</u>	<u>40,60</u>
Outros								
UBS AG London Branch	-	-	-	-	11.781.293	5,59	11.781.293	3,60
BLACKROCK, INC	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	87,56	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London	-	-	-	-	30.629.715	14,54	30.629.715	9,35
The Bank of New York - ADR Department	48.762	0,04	166.524	2,19	-	-	215.286	0,07
Pessoas Físicas	2.913.875	2,67	647.790	8,51	2.750.409	1,31	6.312.074	1,93
Outras Pessoas Jurídicas	2.121.760	1,95	102.885	1,36	126.043.799	59,81	128.268.444	39,16
Outros	6.716	0,01	29.228	0,38	-	-	35.944	0,01
	<u>5.128.746</u>	<u>4,70</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>181.795.131</u>	<u>86,27</u>	<u>194.534.830</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.620</u>	<u>100,00</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>210.724.100</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil	<u>1.991.812</u>		<u>138.865</u>		<u>3.844.756</u>		<u>5.975.433</u>	

Notas Explicativas

22.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

22.3 Reservas de Capital

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

22.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 12.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
	R\$	Passivo R\$	R\$
Saldo inicial em 31.12.2014.....	(1.469.775)	499.723	(970.052)
Realização no período (depreciação)....	(69.420)	23.603	(45.817)
Saldo final em 31.03.2015.....	(1.539.195)	523.326	(1.015.869)

Notas Explicativas

22.5 Reservas de Lucros

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Reserva legal.....	83.623	83.623
Reserva estatutária.....	405.546	405.546
Reserva de lucros a realizar (*)	<u>167.569</u>	<u>167.569</u>
	<u>656.738</u>	<u>656.738</u>

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar, tendo em vista que:

- O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização dessa reserva vem ocorrendo por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 13.5).
- A Reserva de lucros a realizar acima citada foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.
- Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	27.955	31.097	34.593	38.482	35.442	167.569

23 RECEITA

23.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2015		Produtos					Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	2014 a 2015	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	139,34	152,84	199,52	188,05	175,79	7,14
Ampla	Março	141,04	154,71	201,96	190,34	175,79	7,70

Reajustes em 2014		Produtos					Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	2014 a 2015	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	130,05	142,66	186,23	175,52	175,79	5,59
Ampla	Março	130,95	143,64	187,52	176,73	175,79	5,68

Notas Explicativas

23.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

Energia Vendida até 31 de Março	MWh (*)		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014
Fornecimento (1)				
Industrial.....	1.876.963	2.241.627	245.289	282.073
Serviço Público.....	97.892	66.509	13.915	8.641
	<u>1.974.855</u>	<u>2.308.136</u>	<u>259.204</u>	<u>290.714</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores (2)	1.994.251	2.297.929	390.269	293.088
	<u>1.994.251</u>	<u>2.297.929</u>	<u>390.269</u>	<u>293.088</u>
Leilões de Energia (3)				
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	-	40.113	-	4.824
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	374.812	333.855	50.048	41.921
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	263.793	231.634	38.636	31.906
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	223.935	187.707	42.754	33.711
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	377.044	332.682	68.018	56.365
Produto CCEAR 2013-2014 12M.....	-	887.776	-	170.098
Produto CCEAR 2013-2014 18M.....	226.592	217.505	39.833	35.932
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	57.842	59.768	8.055	7.793
	<u>1.524.018</u>	<u>2.291.040</u>	<u>247.344</u>	<u>382.550</u>
	<u>3.518.269</u>	<u>4.588.969</u>	<u>637.613</u>	<u>675.638</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (4)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	63.295	1.522.571	23.870	871.429
Liquidações de períodos anteriores.....	-	-	2.184	-
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	1.466.657	410.475	10.276	4.144
	<u>1.529.952</u>	<u>1.933.046</u>	<u>36.330</u>	<u>875.573</u>
Total.....	<u>7.023.076</u>	<u>8.830.151</u>	<u>933.147</u>	<u>1.841.925</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia às comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(3) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças – MCSD.

(4) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Mercado Livre						
Consumidores Livres	1.974.855	2.308.136	259.204	290.714	131,25	125,95
Agentes Comercializadores	1.994.251	2.297.929	390.269	293.088	195,70	127,54
	<u>3.969.106</u>	<u>4.606.065</u>	<u>649.473</u>	<u>583.802</u>	<u>163,63</u>	<u>126,75</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia.....	1.524.018	2.291.040	247.344	382.550	162,30	166,98
Câmara de Comercialização Energia Elétrica.....	1.529.952	1.933.046	36.330	875.573	23,75	452,95
	<u>3.053.970</u>	<u>4.224.086</u>	<u>283.674</u>	<u>1.258.123</u>	<u>92,89</u>	<u>297,85</u>
Total.....	<u>7.023.076</u>	<u>8.830.151</u>	<u>933.147</u>	<u>1.841.925</u>	<u>132,87</u>	<u>208,59</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

23.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia	259.204	290.714
Suprimento de energia - Contratos.....	390.269	293.088
Suprimento de energia de leilões.....	247.344	382.550
Energia de curto prazo	36.330	875.573
	<u>933.147</u>	<u>1.841.925</u>
Suprimento de energia regime de Cotas.....	-	23.197
Outras receitas.....	6.053	642
	<u>939.200</u>	<u>1.865.764</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(21.182)	(21.077)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(7.738)	(17.036)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(191)	(20)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(69.324)	(101.419)
PIS s/ receitas operacionais.....	(15.415)	(22.007)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*).....	(41.090)	(51.898)
Taxa de fiscalização ANEEL (*).....	(4.624)	(3.726)
	<u>(159.564)</u>	<u>(217.183)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>779.636</u>	<u>1.648.581</u>

(*) Visando uma melhor apresentação das demonstrações financeiras, e alinhamento com normas da Agência Reguladora, a Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e a Taxa de fiscalização ANEEL passaram a integrar as Deduções à Receita Operacional (até 31/12/2014 eram registradas como Despesas Operacionais).

24 CUSTOS E DESPESAS

24.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Energia comprada (1)		
CCEE	16.241	-
Provisão CCEE	26.000	-
	<u>42.241</u>	<u>-</u>
Uso da Rede Elétrica (2)		
Conexão - CTEEP	35	47
Rede Básica.....	95.670	91.559
	<u>95.705</u>	<u>91.606</u>
Total.....	<u>137.946</u>	<u>91.606</u>

- (1) Valores de faturamento e fechamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país, além de outras aquisições para atendimento de contratos.
- (2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.555 de 27 de junho de 2013 e nº 1758 de 24 de junho de 2014.

Notas Explicativas

24.2 Outras (Despesas) / Receitas Líquidas

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Depreciação de bens não vinculados.....	(329)	(328)
Reversão / (Provisões) ações de desapropriações - empresas cindidas (a)	(13.065)	48.977
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b)	(4.978)	(5.038)
Despesas com convênios	(1.176)	(1.563)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	-	85
Outras receitas líquidas.....	2.123	1.666
Outras (despesas) líquidas.....	(688)	(462)
	<u>(18.113)</u>	<u>43.337</u>

(a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 19.7)

(b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 12.1).

Obs.: com a implantação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – 2015, apenas as provisões de ações de desapropriações – empresas cindidas continuaram em “Outras (Despesas) / Receitas Líquidas”. Todas as demais passaram a integrar as “Provisões Operacionais”.

25 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	46.040	26.698
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	2.132	1.752
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis.....	69	671
Outras.....	238	3
	<u>48.479</u>	<u>29.124</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(11.962)	(12.658)
Moeda nacional.....	(6.729)	(25.643)
	<u>(18.691)</u>	<u>(38.301)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros...	-	(107)
Imposto sobre operações financeiras.....	(33)	(56)
Imposto de renda s/remessa ao exterior.....	(48.904)	(3.450)
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	(10.280)	-
Atualização TAC.....	-	(214)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(152)	(212)
Atualização P&D - projetos.....	(2.329)	(1.870)
Desconto contrato de clientes.....	-	(689)
Outros encargos.....	(2.132)	(1.783)
	<u>(63.830)</u>	<u>(8.381)</u>
	<u>(82.521)</u>	<u>(46.682)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(21.773)	(37.007)
Moeda estrangeira.....	(151.262)	21.537
	<u>(173.035)</u>	<u>(15.470)</u>
	<u>(255.556)</u>	<u>(62.152)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(207.077)</u>	<u>(33.028)</u>

Notas Explicativas

26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	31.03.2015		31.03.2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro / (Prejuízo) antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....	169.692	169.692	1.269.876	1.269.876
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(42.417)	(15.272)	(317.463)	(114.289)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Outros.....	2.287	(143)	2.371	(131)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias não constituídas	(7.347)	(2.645)	3.284	1.183
Receita / (Despesa) contabilizada.....	(47.477)	(18.060)	(311.808)	(113.237)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(72.371)	(26.770)	(227.560)	(82.656)
Diferido (Nota 11).....	24.894	8.710	(84.248)	(30.581)
Total no resultado.....	(47.477)	(18.060)	(311.808)	(113.237)
Alíquota Efetiva	28,0%	10,6%	24,6%	8,9%

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

27 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	31.03.2015	31.03.2014
Itens que não afetaram o caixa:		
Dividendos propostos (a pagar).....	404.543	401.543
	<u>404.543</u>	<u>401.543</u>

Notas Explicativas

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 31.03.2015, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	343.305	337.207
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	13.712	85.854
	<u>357.017</u>	<u>423.061</u>
Valor justo por meio do resultado		
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	83.406	81.197
	<u>440.423</u>	<u>504.258</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13).....	881.678	1.755.064
FIDC (Nota 14).....	499.267	559.342
	<u>1.380.945</u>	<u>2.314.406</u>

28.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

Índice de Endividamento	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	1.380.945	2.314.406
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(1.701.087)	(2.427.852)
Dívida Líquida.....	(320.142)	(113.446)
Patrimônio Líquido.....	8.719.726	8.629.077
Índice de Endividamento Líquido	<u>-3,7%</u>	<u>-1,3%</u>

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. A Companhia está cumprindo todos os *covenants* requeridos pelas instituições financeiras ou outros credores.

	<u>Vencimentos</u>				<u>Total</u>
	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	
Em 31 de março de 2015					
Empréstimos e Financiamentos.....	178.497	142.720	559.155	1.306	881.678
FIDC.....	286.527	190.285	22.455	-	499.267
	<u>465.024</u>	<u>333.005</u>	<u>581.610</u>	<u>1.306</u>	<u>1.380.945</u>
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e Financiamentos.....	1.149.797	140.415	463.612	1.240	1.755.064
FIDC.....	290.626	206.470	62.246	-	559.342
	<u>1.440.423</u>	<u>346.885</u>	<u>525.858</u>	<u>1.240</u>	<u>2.314.406</u>

28.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de março de 2015, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 844.638 (R\$ 712.029 em 31.12.2014) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	31.03.2015	31.12.2014
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 13)	844.638	712.029
Total	844.638	712.029

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	3,16	3,95	4,74

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (abril/2015 a março/2016), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	(3.253)	47.594	98.440

A Companhia teria em decorrência da variação cambial projetada, um decréscimo na saída de caixa no período de abril/2015 a março/2016 de R\$ 3.253 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 47.594 no cenário possível e de R\$ 98.440 no cenário remoto.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31/03/2015, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/03/2016 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto sobre Saldo Devedor		Projeção para 31.03.2016		
Passivos	Saldo em 31.03.2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos				
Dólar Americano - US\$	844.638	831.342	1.039.177	1.247.013
Total	844.638	831.342	1.039.177	1.247.013

28.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía R\$ 1.356.865, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 24.080 captados a taxas fixas:

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Passivos Vinculados às taxas:	Saldo Contábil	
	31.03.2015	31.12.2014
Moeda Nacional	536.307	1.602.377
CDI	499.267	559.342
IPC-A	-	978.205
TJLP	12.960	39.460
TAXA FIXA	24.080	25.370
Moeda Estrangeira	844.638	712.029
UMBNDDES	843.194	710.737
LIBOR	1.444	1.292
Total	1.380.945	2.314.406

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e *spread*, tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (Bacen) de 02/04/2015. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

Índices	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	12,86	16,08	19,29
IPC-A	7,55	9,44	11,33
TJLP	6,00	7,50	9,00
UMBNDDES	4,09	5,11	6,14
LIBOR	0,50	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (abril/2015 a março/2016), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Varição do CDI	(661)	3.384	7.402
	Varição da TJLP	-	14	21
Moeda Estrangeira	Varição da UMBNDDES	-	8.444	17.160
	Varição da LIBOR	-	4	9
Total		(661)	11.846	24.592

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um decréscimo na saída de caixa de R\$ 661 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 11.846 no cenário possível e R\$ 24.592 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31/03/2015, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/03/2016 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Impacto Sobre Saldo Devedor			Projeção para 31/03/2016		
Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 31/03/2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
CDI	Variação do CDI	499.267	245.134	253.014	260.893
TJLP	Variação da TJLP	12.960	-	-	-
TAXA FIXA	Sem Risco	24.080	18.925	18.925	18.925
Moeda Estrangeira					
UMBNDDES	Variação da UMBNDDES	843.194	681.569	688.531	695.494
LIBOR	Variação da LIBOR	1.444	1.300	1.301	1.303
Total		1.380.945	946.928	961.771	976.615

28.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Em 31 de março de 2015 a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

28.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 1,4 bilhões em 31 de março de 2015, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira por dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de março de 2015.

28.6 Valoração dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2015 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre (RTE) e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente do saldo de energia livre referente o racionamento do exercício de 2001 e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano

Notas Explicativas

na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valoração na data destas informações intermediárias.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	31.03.2015		31.12.2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	-	-	(978.205)	(979.550)
FIDC	(499.267)	(499.657)	(559.342)	(559.829)
Total	(499.267)	(499.657)	(1.537.547)	(1.539.379)

29 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencido.	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas BrasilSeguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	04/2015	2.000
Vida - APC	Sul América Seguros S/A	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2015	3.600
Riscos Patrimoniais	Nobre Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	11/2015	1.265.600

Obs.: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

30 ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 32, de 5 de março de 2013 – Define os montantes de garantia física de energia da usina em 217,5 MW (megawatts) médios.
- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 – Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 – Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual

Notas Explicativas

de Geração – RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.

- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 – Define a Receita Anual de Geração – RAG da usina para o exercício de 18 de abril a 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 – Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.
- Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013, alterada pela Portaria MME nº 33, de 28 de janeiro de 2014 – Determina que a ANEEL deverá promover em março de 2014, direta ou indiretamente, Leilão para Licitação de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos e consequente alocação em cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência.

Decorrente dos dispositivos acima e, em especial, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 580, alterada pela Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, e revisada pela Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE nº EPE-DEE-NT-100/2013-r0, de 9 de setembro de 2013 e Ofício ANEEL nº 126/2013-DR/ANEEL, definindo o valor da indenização da UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362, depreciada até março/2013 (valores referidos a junho/2012).

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia – MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão, em dezembro de 2013, de R\$1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

Indenização da Administração.....	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (a)....	(1.811.718)
Valor líquido (incontroverso).....	<u>1.717.362</u>

(a) Composição da provisão ativo contingente – UHE Três Irmãos

	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	Realização do Ajuste de avaliação patrimonial
Parcela do ativo regulatório.....	547.520	-	-
Parcela da mais valia (IFRS).....	1.264.198	429.827	834.371
Provisão ativo contingente.....	<u>1.811.718</u>	<u>429.827</u>	<u>834.371</u>

Em 27 de março de 2014, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização em R\$ 1.717.362 (referido a junho/2012) e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condição o pagamento ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria.

Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia – MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de

Notas Explicativas

investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.

Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Nos autos da ação judicial, em despacho datado de 29 de julho de 2014, o juízo indeferiu o pedido liminar requerido pela CESP, voltado ao pagamento imediato de valor incontroverso, que monta a R\$ 1,7 bilhão. A CESP adotou medidas para reverter a decisão por meio do recurso cabível e em 28 de novembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, em parte, a liminar pleiteada, para suspender a cláusula de renúncia (parágrafo único, art. 3º da Portaria MME/MF n. 129/2014, de 28/03/2014), e determinando que a União processe o requerimento administrativo de pagamento do valor incontroverso, sem prejuízo da discussão judicial do montante total devido.

Quanto à operação da usina, em 28 de março de 2014, ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina; sendo que o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas, posteriormente denominado TIJOÁ Participações e Investimentos S/A, com deságio de R\$ 0,87 em relação ao teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (R\$31.623.036,87). No entanto, na mesma data, o Tribunal de Contas da União – TCU, através de medida cautelar, suspendeu o resultado do leilão e determinou que a ANEEL não celebrasse o contrato de concessão com os vencedores do certame enquanto analisava os impactos e repercussões desta separação operacional.

Em 9 de abril de 2014, em reunião plenária, o Tribunal de Contas da União – TCU manteve a decisão que suspendeu a assinatura do contrato referente ao leilão da UHE Três Irmãos, até que o órgão julgasse o processo. Em 20 de agosto de 2014, o TCU autorizou a assinatura do contrato de concessão porque o governo apresentou proposta de que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT assumiria a responsabilidade de operar a eclusa e o canal, mediante contrato a ser celebrado.

Em 10 de setembro, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOÁ Participações.

Em 1º de outubro, a CESP assinou com a TIJOÁ Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo é viabilizar a assunção, pela TIJOÁ, da operação completa, de forma ordenada.

Em 16 de outubro, a TIJOÁ Participações assinou com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, contrato para operação e manutenção das eclusas de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, no Rio Tietê, no Estado de São Paulo.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 7 de abril de 2015, o TRF da 1ª Região determinou que o Ministério das Minas e Energia – MME ultimasse em até 30 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil, o processo administrativo que trata do pagamento das parcelas devidas a título de reversão da parte incontroversa da indenização da UHE Três Irmãos. Em 8 de abril de 2015, o TRF da 1ª Região suspendeu os efeitos dessa decisão, após análise de agravo de instrumento. Em 14/04/2015, a CESP ingressou com recurso contra essa decisão.
- b) Em 27 de abril a Assembleia Geral Ordinária aprovou a proposta de destinação de dividendos da Administração, relativos ao exercício de 2014.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 31 de março de 2015 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais		Preferenciais		Total	
		%	Classe A	%	Classe B	%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,18	117.841.549	35,98
Companhia do Metrô de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	700	0,00	2.875	0,01
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.928.969</u>	<u>13,73</u>	<u>132.967.843</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	87,56	-	-	6.702.159	2,05
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	30.629.715	14,53	30.629.715	9,35
USB AG LONDON BRANCH.....	-	-	-	-	11.781.293	5,59	11.781.293	3,60
The Bank of New York - ADR Department	48.762	0,04	166.524	2,19	-	-	215.286	0,06
Pessoas Físicas.....	2.913.875	2,67	647.790	8,51	2.750.409	1,31	6.312.074	1,93
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.121.760	1,95	102.885	1,36	126.043.799	59,81	128.268.444	39,17
Outros.....	6.716	0,01	29.228	0,38	-	-	35.944	0,01
	<u>5.128.746</u>	<u>4,70</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>181.795.131</u>	<u>86,27</u>	<u>194.534.830</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.620</u>	<u>100,00</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>210.724.100</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	<u>1.991.811</u>		<u>140.540</u>		<u>3.843.082</u>		<u>5.975.433</u>	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(*) O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física**

Companhia Paulista de Parcerias - CPP		Posição em 31.03.2015					
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%	
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00	
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00	

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.		Posição em 31.03.2015					
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	554.395.652	51,00	-	1.544	0,00	554.397.196	41,00
BNDESPAR.....	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES.....	74.545.264	6,86	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	269.729.841	24,81	146.920	228.481.566	86,08	498.358.327	36,84
	1.087.050.297	100,00	146.920	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 31 de março de 2015 e 2014**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 31.03.2015							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,73	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	700	0,00	788	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.746	4,70	7.610.953	100,00	181.795.131	86,27	194.534.830	59,40
	<u>109.167.620</u>	<u>100,00</u>	<u>7.610.953</u>	<u>100,00</u>	<u>210.724.100</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.746	4,70	7.610.953	100,00	181.795.131	86,27	194.534.830	59,40

	Quantidades de Ações Em Unidades - 31.03.2014							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,73	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	4.500	0,00	4.588	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.684	4,70	7.702.776	100,00	181.699.620	86,27	194.531.080	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.776</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.723</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.684	4,70	7.702.776	100,00	181.699.620	86,27	194.531.080	59,40

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

CESP – Companhia Energética de São Paulo

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP – Companhia Energética de São Paulo, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2015.

Ernst & Young

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-015.199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Sócio

Contador CRC-1SP132776/T-1